



## Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2025.

#### 1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros para viagens intermunicipais em estradas e rodovias pavimentadas, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Cultura. Os veículos deverão ser do tipo ônibus rodoviário, com capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, dotados de banheiro e bagageiro, adequados ao transporte de integrantes dos grupos de Congado do Município de Patrocínio/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

SOLICITAÇÃO 164069 CONVÊNIO					
TRADUTOR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR ESTIMADO
133429	SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS EM VEICULOS TIPO ONIBUS POR KM RODADO. DEMAIS INFORMAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA	KM	7265,55	R\$ 12,62	R\$ 91.691,24

SOLICITAÇÃO 164070 CONTRA PARTIDA					
TRADUTOR	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR ESTIMADO
133430	SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS EM VEICULOS TIPO ONIBUS POR KM RODADO. DEMAIS INFORMAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA	KM	1584,45	R\$ 12,62	R\$ 19.995,76
			VALOR GLOBAL		R\$ 111.687,00

1.2. O objeto desta contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos do Decreto Municipal nº 4.312, de 2024, por apresentar padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

#### 1.3. Da Contratação:



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados do (a) assinatura do contrato na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.2. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. Vistoria**

4.1.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do serviço.

#### **4.2 Dos veículos**

4.2.1 A execução dos serviços exige a disponibilização de veículos do tipo ônibus rodoviário com capacidade mínima de 40 (quarenta) lugares com banheiro e bagageiro, devidamente licenciados, equipados e em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro, além de apólice de seguro total vigente, incluindo cobertura para passageiros, terceiros e responsabilidade civil.

4.2.1.2 A contratada deverá comprovar que possui Autorização para Transporte Fretado (ATF) válida, emitida pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), apta à realização de transporte intermunicipal de passageiros, devendo os veículos estar devidamente cadastrados e regularizados junto ao órgão competente.



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

4.2.2 Manter apólice de seguro total vigente, incluindo cobertura para passageiros, terceiros e responsabilidade civil.

4.2.3 Informar previamente à Secretaria Municipal de Cultura a relação nominal de motoristas aptos e habilitados à prestação dos serviços, comprovando o vínculo destes com a Contratada.

4.2.4 Assumir integralmente todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato, isentando o Contratante de quaisquer responsabilidades ou reclamações.

4.2.5 Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas no processo licitatório durante toda a execução contratual.

4.2.6 A empresa deverá comprovar, no ato da formalização contratual, a regularidade dos veículos por meio do CRLV em seu nome, de sócio ou, em caso de locação, mediante contrato correspondente.

4.2.7 É requisito também a manutenção contínua das condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, durante toda a vigência do ajuste, bem como a assunção integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e demais encargos decorrentes da execução dos serviços.

### **4.3. Subcontratação e da participação de consórcios:**

4.3. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

4.3.1. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta ao licitante ou o valor do contrato ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigação assumida, tais como:

\* subcontratar o objeto, tudo nos termos do artigo 9º, inciso XVII, do Decreto Municipal nº 4.553 de 21 de março de 2025.

4.4 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do serviço a ser prestado, uma vez que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente.

### **4.5. Garantia da contratação**

4.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. Forma de execução:**

5.1.1 A contratação de veículos tipo onibus rodoviário para transporte de passageiros será realizada por quilometragem percorrida, excluindo da contabilização o deslocamento do veículo da sede da Contratada para o local de embarque dos usuários, bem como percurso para abastecimento e guarda do veículo após prestação dos serviços.

5.1.1.1 Quaisquer encargos decorrentes da execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, que deverá arcar com todas as despesas adicionais, incluindo, mas não se limitando, a pedágios, taxas e demais custos operacionais.

5.1.1.2 Responsabilizar-se integralmente por infrações de trânsito, bem como por todas as despesas decorrentes do uso dos veículos, incluindo impostos, taxas, combustíveis, lubrificantes, pneus, manutenções preventivas e corretivas, entre outros custos.

5.1.1.3 Assumir os danos causados a terceiros, inclusive despesas decorrentes de colisões, isentando o Contratante de quaisquer responsabilidades.

5.1.1.4 Manter apólice de seguro total vigente, incluindo cobertura para passageiros e terceiros, além de seguro de responsabilidade civil específico para ônibus.

5.1.2 Registrar a quilometragem no momento do embarque e do desembarque, em formulário próprio, devidamente conferido e atestado por, no mínimo, 2 (dois) usuários.

5.1.3 Anexar as anotações de quilometragem e o respectivo atesto à nota fiscal de serviços apresentada, podendo ser exigida, ainda, a cópia do tacógrafo.

5.1.4 Providenciar uniforme e crachá de identificação para todos os motoristas.

5.1.5 Garantir que os motoristas estejam regularmente habilitados, portando Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e compatível com a categoria do veículo.

5.1.6 Assegurar que os veículos sejam conduzidos com zelo, cautela e observância integral às normas de trânsito.



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

- 5.1.7 Realizar os atendimentos conforme os dias e horários definidos pelo Contratante.
- 5.1.8 Disponibilizar veículos devidamente licenciados, equipados, regularizados e em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro.
- 5.1.9 Colocar à disposição do Contratante veículo revisado, em condições satisfatórias de uso, com documentação regular e apólice de seguro total vigente.
- 5.1.10 Manter a limpeza dos veículos com especial atenção aos sanitários.
- 5.1.11 Substituir, de imediato, qualquer veículo que apresente defeitos ou necessite de reparo, disponibilizando outro de idênticas características e em perfeitas condições de funcionamento.
- 5.1.12 Apresentar, no ato da execução da contratação:
- a) Prova de vínculo dos motoristas com a Contratada (CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, contrato de prestação de serviços ou documento equivalente, nos termos da lei), além da CNH – Carteira Nacional de habilitação válida;
  - b) Cópia do CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo do veículo em nome da licitante ou de sócio da empresa, ou, no caso de veículo locado, cópia do contrato de locação correspondente.
- 5.1.13 Informar previamente à Secretaria Municipal de Cultura a relação nominal de motoristas aptos e habilitados à prestação dos serviços, comprovando o vínculo destes com a Contratada.
- 5.1.17 Assumir integralmente todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato, isentando o Contratante de quaisquer responsabilidades ou reclamações.
- 5.1.18 Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas no processo licitatório durante toda a execução contratual.
- 5.1.19 A Contratada devera atender em numero adequado de ônibus para cada viagem pretendida, de acordo com o numero de passageiros, que poderá chegar até 3 (três) ônibus em uma única demanda.



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

### **6. GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 4.315, de 2024, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 4.315, de 2024 e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7 O (a) fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.8. O (a) fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandas a decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá a Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, Art.121 §1º).

6.11. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.12. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

## **7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Recebimento do Objeto:**

7.1.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo de imediato, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da correta execução



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

do serviço e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### **7.2. Prazo de faturamento/pagamento**

7.2.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação de nota fiscal eletrônica regular emitida em estrita conformidade com o empenho e contendo os mesmos dados do fornecedor adjudicado no processo licitatório, incluindo o mesmo CNPJ informado na habilitação. Notas fiscais emitidas por filiais, terceiros ou com dados divergentes do fornecedor licitante não serão aceitas, suspendendo o prazo de pagamento até a regularização, à custa do contratado.

7.2.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.

7.2.4. O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.





## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

### **7.3. Forma de pagamento**

7.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

7.3.2. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234 de 2012 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234.

7.3.3. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o artigo 4º da IN RFB Nº 1234.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### **8.2. Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **8.2.1. Habilitação jurídica**

**8.2.1.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.2.1.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



## Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

**8.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.2.1.4. Sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.1.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.2.1.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.2.1.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.2.1.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista.**

**8.3.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

8.3.2. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.5. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

8.3.7. Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

### **8.4. Qualificação Econômico-Financeira**

8.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.4.1.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

### **8.5. Dos critérios de aceitabilidade da proposta**

8.5.1. A proposta de preços deverá conter:

8.5.1.1. Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

8.5.1.2. Modalidade e número da licitação;

8.5.1.3. Especificação sucinta do objeto licitado;

8.5.1.4. Valor global do serviço, discriminando o valor mensal/unitário e total;



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

8.5.1.4.1. O valor mensal/unitário deve ser apresentado em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.5.1.4.2. o valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

8.5.1.4.2.1. Quando a divisão do valor total/global pela quantidade de meses /quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada grupo/lote obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

8.5.1.5. Declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

### **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Advertência;

9.2. Multa que pode variar entre 05% até 30%;

9.3. Impedimento de licitar e contratar e;

9.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.5. Na aplicação das sanções serão analisadas:

9.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

9.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6. Outras Considerações:

9.6.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

9.6.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa moratória, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor do empenho correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento), salvo se outro percentual estiver previsto no instrumento convocatório da contratação;

9.6.3. A aplicação de sanção de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções;

9.6.4. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para este fim a que se destina;

9.6.5. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta ao licitante ou o valor do contrato ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas conforme o DECRETO Nº 4.553 DE 21 DE MARÇO DE 2025;

9.6.6. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.



## **Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais**

### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 111.687,00 (cento e onze mil seiscentos e oitenta e sete reais), conforme valores apostos na tabela disposta no item 1.

### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação (ções) orçamentária(s):

Convenio 972996: Projeto /ativ: 2.123. Ficha 1351- Elemento 3.3.90.39.00.00. Fonte 1700

Contra partida do município: Projeto /ativ: 2.123. Ficha 123 – Elemento 3.3.90.39.00.00. Fonte 1500

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **12. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:**

12.1. A unidade responsável é a Secretaria que utilizarão os serviços, bem como seus respectivos gestores e fiscais de contratos, conforme Decreto Municipal nº 4.813/2026.

Gestor de Contratos: Ana Valeria de Rezende Cunha.

Fiscal Técnico: Fernanda Raad Guarda.

Fiscal de Administrativo: Renato de Lima Oliveira Paulino.

Patrocínio 13 de Abril de 2026

---

Rosineide Abadia Machado  
Equipe de Planejamento  
Matrícula: 4576



## Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais

### **APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA:**

OBJETIVO: Este termo de referencia tem como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de ônibus rodoviário para transporte de passageiros intermunicipal.

Considerando que o termo contempla elementos suficientes para a adequada caracterização dos objetos a serem contratados, aprovo o referido documento para que obrigatoriamente seja parte integrante do edital.

ANA VALERIA DE  
REZENDE  
CUNHA:66278619687

Assinado de forma digital por  
ANA VALERIA DE REZENDE  
CUNHA:66278619687  
Dados: 2026.05.04 14:36:03  
-03'00'

---

Ana Valeria de Rezende Cunha  
Matricula: 81234  
Secretaria Municipal de Cultura.